



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
MOÇAMBIQUE



09

2012

Distrito de Monapo



RASTREANDO A DESPESA DE 2011

Índice

I. Investimento Realizado
pelo Governo Distrital no
Distrito

II. Investimento Realizado
pelo Governo Provincial /
Central no Distrito

III. Aspectos de Controlo
Interno na Secretária
Distrital

- Fundo de Investimento Distrital
- Fundo Distrital de Desenvolvimento
- Fundo de Apoio Directo às Escolas
- Fundo de Estradas
- Fundo Descentralizado para o Abastecimento de Água
- Investimento Realizado pelo Governo Provincial/ Central

DISTRITO DE MONAPO

O Distrito de Monapo situa-se a este da província de Nampula, com uma superfície de 3.595km² e uma população de 305.221 habitantes (Censo 2007). O Distrito está dividido em 3 postos administrativos, Monapo-sede, Itoculo e Netia.

I. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO DISTRITAL

Em 2011, o Distrito de Monapo teve um orçamento de 24.873.220,00Mt para despesas de investimento (tabela 1).

Tabela 1. Orçamento alocado para despesas de investimento no Distrito de Monapo em 2011.

Despesas de investimento	Valor alocado (Mt)
Fundo de Investimento Distrital	4.921.000,00
Fundo Distrital de Desenvolvimento	7.460.000,00
Fundo de Apoio Directo às Escolas	6.292.050,00
Fundo de Estradas	4.604.660,00
Fundo de Abastecimento de Água	1.595.510,00
Total	24.873.220,00

Fonte: Lei n.º9/2011, de 13 de Junho - Orçamento do Estado Revisto¹

1.1 Fundo de Investimento Distrital

Em 2011, o valor alocado para o Fundo de Investimento Distrital foi utilizado para as realizações que constam da tabela 2.

Tabela 2. Lista das actividades realizadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital.

Infra-estrutura	Valor alocado
-----------------	---------------

¹ A Lei n.º 9/2011, de 13 de Junho altera os artigos 2, 3, 4, 5, 11 e 12 da Lei n.º 1/2011, de 5 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2011

Construção da Secretaria do P/A ² de Monapo-sede	1.040.488,72
Construção da Secretaria do SDSMAS ³	915.419,35
Construção da residência tipo II para o Chefe da Localidade de Nacololo	560.000,00
Construção de residência tipo II para o Chefe da Localidade de Murruto	590.000,00
Fiscalização de obras diversas	101.034,72
TOTAL	3.206.942,79

Fonte: Secretaria Distrital.

A diferença entre o valor disponível, a partir do OE, e o valor utilizado pelo Governo do Distrito de Monapo é de 1.744.077,21Mt que, segundo o Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas, não foi disponibilizado ao Distrito, apesar de ter sido alocado a partir da Lei do Orçamento do Estado Revisto.

Ponto de situação das actividades financiadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital de 2011

Actividades em curso:

- Construção da Secretaria do P/A de Monapo-sede;
- Construção da Secretaria do SDSMAS;
- Construção de residência tipo II para o Chefe da Localidade de Murruto.

Actividades concluídas:

- Construção de residência tipo II para o Chefe da Localidade de Nacololo.

Em termos de alinhamento das actividades realizadas com o PESOD, constatou-se que apenas 2 actividades contavam do PESOD de 2011, designadamente a construção da Secretaria do Posto Administrativo de Monapo-sede e a construção da Sede de Localidade de Muruto. As restantes actividades não constavam.

Avaliação quantitativa das realizações

Dos 4.921.020,00Mt que estavam previstos para o Fundo de Investimento Distrital, 3.206.942,76Mt foram usados pelo Governo do Distrito de Monapo, o que representa 65,17%. Os restantes 1.714.077,21Mt não foram disponibilizados apesar de terem sido alocados a partir da Lei do Orçamento do Estado Revisto, o que representa 34,83%. Do valor realizado, apenas 1.678.953,44Mt foram realizados em actividades inicialmente previstas no PESOD. Os restantes 1.527.989,35Mt foram desviados para outras realizações.

Avaliação qualitativa

No concernente à qualidade das obras erguidas com o FID de 2011, não foi possível fazer uma avaliação minuciosa à excepção da residência para o Chefe da Localidade de Nacololo, que já estava concluída. As restantes encontravam-se ainda em curso. Há que realçar que a obra de Nacololo apresentou um bom aspecto de qualidade, apesar de ter a tinta do soalho a descascar-se. Porém, contrariamente às várias obras ultimamente erguidas, que têm levado tecto-falso e cobertura com chapas do tipo IBR, aquele edifício não possuía tecto-falso e as chapas usadas foram onduladas.



Fig. 1 Soalho de Nacololo

Fonte: Equipa de Monitoria – 25/04/2012

Ponto de situação das infraestruturas de 2010 que estavam em curso em 2011

As actividades que se encontravam em curso no exercício de rastreio realizado em 2011 são as seguintes:

- Reabilitação da residência do Chefe do Posto Administrativo de Netia;
- Reabilitação da residência do Chefe do Posto Administrativo de Itoculo;
- Construção de Sede de Localidade de Canacue;
- Construção de Sede de Localidade de Chihiri;
- Construção de residência do Chefe da Localidade de Canacue;
- Construção de residência de Chefe da Localidade de Chihiri;
- Reabilitação da residência do Secretário Permanente Distrital.

O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que, à excepção da construção da Sede de Localidade de Chihiri e da respectiva residência do Chefe da Localidade, que se encontravam paralisadas há mais de 6 meses, as restantes actividades já se encontravam concluídas, embora algumas ainda não entregues às autoridades competentes. Em termos qualitativos, verificou-se o problema de falta de qualidade, infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade de madeira e atrasos na conclusão das obras. A baixa qualidade das obras pode estar associada a vários factores, dentre os quais se destacam: a falta de honestidade dos empreiteiros, a adjudicação das obras a artesãos sem muita experiência profissional, desvios de aplicação verificados no âmbito da gestão deste Fundo, exiguidade do Fundo que é disponibilizado ao Distrito e desembolsos tardios.

As duas obras de Chihiri apresentavam problemas graves de infiltração de água das chuvas, rachas nas paredes e no soalho, defeitos nas arestas, muchém e defeitos nos aros das portas e janelas. A residência do Chefe do Posto Administrativo de Itoculo, apresentava tinta a descascar-se, defeitos nas sanitas, infiltração de água das chuvas, redes nas janelas danificadas e defeitos no tanque cisterna, que não conserva água. A residência do Chefe do Posto Administrativo de Netia apresentou problemas graves de infiltração de água das chuvas, tecto-falso destruído por muchém, defeitos nas fechaduras e caleiras. As obras de Canacue apresentaram algumas fissuras nas paredes e tinta descascada no rodapé e nas escadas.



Fig. 2 Janela da residência de Chihiri



Fig. 3 Sede da localidade de Chihiri



Fig. 4 Infiltração na Sede de Chihiri



Fig. 5 Janela da casa do Chefe do P/A de Itoculo



Fig. 6 Infiltração na casa do Chefe do P/A de Netia

Fonte: Equipa de Monitoria – 24 a 26/04/2012

Análise comparativa entre 2010 e 2011

Há uma tendência de melhoria no desempenho do Governo Distrital de Monapo, no âmbito da execução do FID, tendo em conta os dois anos em análise, embora a um ritmo demasiado lento. Na execução do FID de 2011, 25% das actividades foram concluídas contra 22,22% do FID de 2010 e 75% das actividades estavam em curso, contra 77,78% de 2010. No concernente ao alinhamento das realizações com o PESOD, não houve melhorias, dado que, em 2011, apenas 50% das actividades realizadas constavam do PESOD, contra 100% em 2010. No que toca aos desvios de aplicação do Fundo para cobrir algumas despesas de funcionamento e liquidação de dívidas transitadas dos anos anteriores, em 2011 não foram verificadas estas situações, contra 12.45% em 2010. Em termos de qualidade das realizações levadas a cabo no âmbito do FID, não foi possível fazer uma avaliação minuciosa dado o facto dos empreendimentos de 2011 ainda se encontrarem em curso. Porém, importa referir que, em 2010, foram verificados problemas de falta de qualidade, rachas nas paredes e no soalho, infiltração de água das chuvas e atraso na conclusão das obras.

1.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento

Em 2011, Monapo teve um orçamento de 7.460.000,00Mt para financiar projetos de geração de rendimento, produção de comida e fomento pecuário. Todavia, apesar de todo o valor alocado ter sido recebido pelo Governo Distrital, apenas 7.270.070,00Mt foram financiados aos projectos, o que representa 97,45%. Os restantes 190.010,00Mt não foram financiados aos projectos, o que representa 2,55%. O valor efectivamente financiado aos projectos foi distribuído pelos 3 postos administrativos: Monaposede, no valor de 3.401.737,00Mt, o que representa 46,79%; Itoculo no valor de 1.732.333,00Mt, o que representa 23,83%; e Netia no valor de 2.136.000,00Mt, o que representa 29,38%.

Dos 104 projectos, aprovados e financiados, 22 são de produção de comida, o que representa 21,15% e 82 são de geração de rendimento e emprego, o que representa 78,85%. Importa referir que, não houve nenhum financiamento aos projectos de fomento pecuário. Em termos financeiros, dos 7.270.070,00Mt financiados aos projectos, 1.528.470,00Mt foram para produção de comida, o que representa 21,02%; 5.741.600,00Mt foram para geração de rendimento e emprego, o que representa 78,98%. Do total dos projectos aprovados, 11 beneficiaram mulheres, o que representa 10,58%, e 93 beneficiaram homens, o que representa 89,42%. Financeiramente, do valor financiado aos projectos apenas 743.666,00Mt beneficiaram mulheres, o que representa 10,23% e 6.526.404,00Mt beneficiaram homens, o que representa 89,77%.

Do trabalho de campo realizado, no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), verificou-se que: i) *Todos os processos dos mutuários tinham contratos e tinham como anexo os projectos desenhados pelos mutuários, o que constitui um passo bastante positivo;* ii) *Dos contratos verificados, nenhum estava carimbado, 94 tinham as duas assinaturas sendo uma do Presidente do Conselho Consultivo Distrital e outra do beneficiário, 5 tinham apenas a assinatura do Presidente e 5 tinham apenas a assinatura do mutuário. Por isso há falta de clareza sobre se alguns mutuários têm conhecimento de tal contrato ou não;* iii) *Dos contratos verificados, 15 não tinham a taxa de juros especificada;* iv) *No contrato faz-se menção ao anexo do plano de amortização, mas em nenhum processo foi verificada a existência deste documento. Por essa razão não há clareza sobre o valor que o mutuário deve amortizar em cada prestação nem sobre o período para a amortização do valor financiado;* v) *Nenhum contrato tem indicação do seu período de validade. Daí não estar clara a sua duração;* vi) *Não há referência à distribuição dos projectos pelas localidades pelo que não há clareza sobre se os projectos financiados beneficiaram mutuários provenientes de todas as localidades;* vii) *Em nenhum contrato se especificava o número de prestações para amortização da dívida. Apenas se referenciavam “x” prestações pelo que, no concreto, não se sabe o*

que representa o tal “x”; xiii) Há desequilíbrio de género, na medida em que apenas 10,58% dos projectos financiados beneficiaram mulheres; ix) Não foram observados os limites estabelecidos no guião de funcionamento do FDD, dado que alguns valores foram financiados com valores muito acima ou muito abaixo dos montantes recomendados.

A título de exemplos, há um projecto de produção agrícola, no Posto Administrativo de Monapo-sede, financiado com o montante de 6.737,00Mt, enquanto os limites para os projectos de agricultura, para singulares, variam entre 30.000,00Mt e 350.000,00Mt. Há um projecto de comércio, no Posto Administrativo de Itoculo, financiado com 150.000,00Mt, ao passo que o limite estabelecido para este tipo de projectos varia entre 50.000,00Mt e 100.000,00Mt. Nenhum dos mutuários visitados possuía um plano de amortização da dívida. Daí que faziam a devolução do valor sem obedecer a nenhuma base pré-definida.

Análise comparativa do FDD 2010 e 2011

Em termos comparativos, verifica-se que não houve melhorias na gestão do FDD nos dois anos em análise pois, apesar de todos os mutuários possuírem contratos, os mesmos não estavam devidamente assinados e carimbados. Persiste a falta de clareza sobre o financiamento aos projectos por localidades, dado o facto de os projetos estarem distribuídos por postos administrativos e não por localidades. No que diz respeito à observância de género, persiste o problema de desequilíbrio, na medida em que 89,42% dos projectos, aprovados e financiados em 2011, beneficiaram homens contra 91,35% em 2010.

Em termos de distribuição do financiamento por tipos de projectos (produção de comida, geração de rendimento e emprego) persiste a fraca observância aos projectos de produção de comida, pois, em 2011, 21,15% dos projectos, aprovados e financiados, foram para produção de comida, contra 38,46% em 2010. Não há observação rigorosa dos limites estabelecidos no guião de gestão do FDD, dado que persiste o financiamento a projectos com montantes muito acima ou muito abaixo dos valores fixados no guião.

Atenção Ministério da Educação

Apoio Directo às Escolas (ADE)

Em 2011 o Distrito de Monapo recebeu um total de 6.292.050,00Mt para o Apoio Directo às Escolas – ADE, sendo 3.502.300,00Mt na 14ª fase e 2.789.750,00Mt na 15ª fase. A utilização deste Fundo obedece a duas modalidades, nomeadamente, a aquisição baseada na lista do material elegível, definido pelo MINED, e a aquisição livre ou ao critério da escola (15%). O material elegível consta nos formulários de registo da despesa, designadamente a carta de autorização, a nota de encomenda, a nota de detalhe da despesa e o manual de procedimentos. Autoriza-se o uso de 10% na produção escolar e 10% na aquisição de material eléctrico e de construção para pequenos reparos.

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública, realizado em 2011, baseou-se especificamente na verificação do cumprimento das regras de utilização deste Fundo, plasmadas nos manuais de procedimentos. O segundo exercício aferiu a transparência no processo de gestão do Fundo, incluindo o nível de satisfação das escolas com a implementação deste programa e o nível de participação das comunidades no processo.

O trabalho de campo visitou 12 escolas, mas só foi possível ter acesso aos processos de ADE em 5 escolas. Nas restantes os respectivos Directores encontravam-se ausentes dos seus postos de trabalho, por a visita ter coincidido com uma reunião decorrida no SDEJT, onde quase todos os Directores tiveram que marcar presença. Como habitualmente, em muitos casos verificados, os processos de ADE têm estado sob a inteira responsabilidade dos Directores das escolas e, na sua ausência, nenhum outro membro da direcção responde pela gestão destes fundos. Nas 5 escolas rastreadas constatou-se o seguinte: i) *Todos os Directores referiram que tinham comissões de compra e de aquisição devidamente montadas; ii) Diferentemente do verificado no primeiro exercício de rastreio, em que a maior parte das escolas investiam mais de 15% na aquisição do material ao critério das escolas, desta vez todas observaram o limite fixado pelo MINED de 15% para a aquisição livre do material; iii) Todas as escolas visitadas apresentavam o mapa de detalhe das despesas realizadas, ao critério das escolas, da 15ª fase do ADE, mas, em contrapartida, não apresentavam os mapas referentes à 14ª fase; iv) Todas as escolas apresentaram actas da planificação do material a ser comprado no âmbito da implementação do programa ADE; v) Apenas 1 escola afixava, em local de acesso público, o valor recebido e a relação do material adquirido, 2 afixavam apenas o valor*

recebido e 2 não afixavam nada, violando, desta forma, a recomendação do MINED²; vi) Apenas 1 escola possuía listas de distribuição do material aos alunos, devidamente quantificadas e assinadas, 3 tinham listas, mas algumas não estavam assinadas e outras não estavam quantificadas, (o que, na prática, não confirma o recebimento do material pelos alunos visados nem a quantidade de material recebido), 1 não possuía nenhum documento, apesar de ter confirmado que havia distribuído o material aos alunos; viii) Todas as escolas possuíam declarações do valor utilizado nas despesas de deslocação e transporte do material para as escolas, mas as mesmas estavam em nome dos respectivos Directores e não dos provedores de serviços.

A título de exemplos, as EPC de Chihiri, Ep1 de Mavule, EPC de Mutiapua, EPC 1º de Maio, EPC de Malema e EP1 de Mulotino foram visitadas, mas, não foi possível ter acesso aos processos de ADE, porque os Directores encontravam-se ausentes dos seus postos de trabalho. Os Directores das EPC de Chihiri e EP1 de Mavule, especificamente, encontravam-se ainda na prorrogação do período de interrupção, dado que ainda não tinham-se apresentado nos seus postos de trabalho. A EPC de Naculé era a única que afixava tanto o valor recebido quanto a relação do material comprado pela escola em local de acesso público, mas as EPC de Itoculo e EPC de Canácue afixavam apenas o valor e as EPC de Napala e EP1 de Rio-Ponte não afixavam nada.

No concernente à satisfação das escolas com a implementação do programa ADE, todos os Directores visitados referiram que, apesar do Fundo ajudar positivamente na melhoria da qualidade do ensino, o material comprado não satisfazia cabalmente as necessidades para o funcionamento efectivo das escolas, na medida em que, para além de ser exíguo, 85% do Fundo devem ser investidos na aquisição de material definido pelo MINED, deixando apenas 15% para a aquisição livre da escola³. No entender de muitos Directores, esta percentagem devia ser elevada, pelo menos, para 20% a 30% e o material comprado ser definido pelas respectivas escolas.

2 O MINED recomenda às escolas que afixem nas vitrinas, salas de professores, bibliotecas e/ou noutros locais de acordo com as condições da escola, o valor recebido, a relação do material adquirido e os mapas de distribuição do material, entre outras informações.

3 Os 15% são, na maioria dos casos, investidos na aquisição de chapas de zinco para a cobertura das salas de aulas e algumas residências dos professores.

Atenção Ministério das Obras Públicas e Habitação

Fundo de Estradas

Em 2011, o Distrito de Monapo recebeu um total de 4.604.660,00Mt para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e/ou melhoramentos localizados de estradas. Deste valor o Governo Distrital recebeu, efectivamente, 4.206.697,54Mt, equivalentes a 91,36%, e investiu-os nas seguintes actividades:

- Melhoramento localizado no troço EN1 Netia/Natete – 71.070,00Mt
- Construção de um Drift no troço Netia/Natete – 160.000,00Mt
- Manutenção de Rotina no troço Nacololo/Jagaia – 168.617,96 Mt
- Manutenção de emergência do troço Cruz EN12 Malema/Namiro no P/A de Itoculo – 169.800,00Mt
- Manutenção de 5km da estrada Cruz EN1/Netia-sede – 296.680,00Mt
- Construção da Ponte sobre o rio Mussemete – 3.169.994,87Mt
- Demarcação de talhões e abertura de via de acesso em Nacololo e Itoculo – 131.238,00Mt
- Anúncio de informação no Jornal Notícias – 11.793,00Mt
- Processo administrativo incluindo cadernos de encargos – 27.503,71Mt

O trabalho de campo constatou que, i) O melhoramento localizado no troço do Cruzamento da EN1 de Netia/Natete não foi realizado, apesar de o valor ter sido pago na totalidade; ii) A estrada que liga Nacololo/Jagaia constituía uma dívida transitada de 2010; iii) A construção de um drift no troço Netia/Natete, da ponte sobre o Rio Mussemete e demarcação de talhões encontravam-se em curso. As restantes actividades foram concluídas. Confrontada, a Associação dos Jovens de Natete, que foi parte envolvida do trabalho de melhoramento localizado no troço de Netia/Natete, afirmou que não houve nenhuma intervenção de melhoramento localizado levado a cabo naquele troço.

“... Nós fazemos trabalhos de limpeza deste troço desde 2004, a partir do cruzamento até Natete, sem cobrarmos nenhum valor monetário ao Governo. Mas não temos nenhum conhecimento desse trabalho de melhoramentos localizados, que dizem que foi feito no ano passado. O que sabemos é deste drift que estamos a construir agora e mais nada” explicaram os jovens.

Em termos qualitativos, as estradas que tiveram alguma intervenção de melhoria da via apresentavam os mesmos problemas que a intervenção pretendia resolver: intransitabilidade da via e buracos. Estes problemas podem estar associados, por um lado, à realização dos trabalhos às pressas, nas vésperas da visita do Governador Provincial e, por outro lado, à adjudicação dos trabalhos a artesãos locais, sem muita experiência profissional em matéria de estradas. As estradas que ligam Malema/Namiro e Nacololo/Jagaia apresentavam problemas graves de buracos na via. O drift teve o seu início há menos de um mês e o troço continuava intransitável. A ponte sobre o rio Mussemete tinha apenas os pilares já montados, mas ainda não tinha a placa. Por isso a via continuava intransitável.

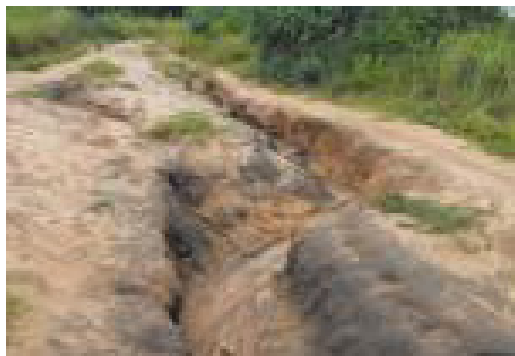


Fig. 7 Buraco no troço Malema/Namiro



Fig. 8 Ponte sobre o rio Mussemete

Fonte: Equipa de Monitoria – 24/04/2012

Atenção Ministério das Obras Públicas e Habitação

Direcção Nacional de Águas

Em 2011, Monapo teve um orçamento de 1.595.510,00Mt para abertura de furos de água. Deste valor o Governo Distrital recebeu 1.421.807,87Mt, que representam 89,11%. Este valor foi investido no fornecimento de corrente eléctrica para o PSAA4, orçada no valor de 641.610,79Mt, abertura de um furo com bomba submersa, orçado no valor de 669.370,00Mt, fiscalização do furo orçada no valor de 26.704,08Mt e liquidação da dívida transitada do ano de 2008, no valor de 84.123,00Mt.

O trabalho de campo constatou que o único furo que foi aberto, na Vila-sede ainda não dispunha de todo equipamento necessário para o seu funcionamento. Daí que a comunidade, que se deveria beneficiar da água proveniente daquele furo, continue sem água.

4 PSAA - Pequeno Sistema de Abastecimento de Água



Fig. 9 Furo aberto na Vila sede

Fonte: Equipa de Monitoria – 26/04/2012

Reacção do Governo Distrital às Constatações da equipa de rastreio

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa que esteve no campo, o técnico de Planificação e Desenvolvimento Local, o Sr. Atumane Rocha, na sua intervenção, comentou o Fundo Distrital de Desenvolvimento e disse que o valor, na ordem de 190.000,00Mt, que, apesar de ter sido recebido pelo Distrito não foi financiado aos mutuários, resultou da disponibilização tardia do Fundo. Falando sobre a falta de observância dos limites estabelecidos no guião de gestão deste Fundo, esclareceu que, numa forma geral, os limites são observados mas, para o caso concreto do projecto financiado com 6.737,00Mt, tratou-se um caso particular, pois este era o único valor remanescente no SISTAFE e, para o Distrito não correr o risco deste valor ser retido no sistema, apresentou o caso ao Conselho Consultivo Distrital, o qual deliberou que tinha que haver um mutuário a ser financiado com este montante. No tocante ao género, disse que o desequilíbrio verificado não era por vontade do Governo, mas havia outros factores a serem tomados em consideração, com maior destaque para as questões de âmbito cultural.

O Director do SDPI, o Sr. José Agostinho, na sua intervenção comentou os vários fundos que são geridos na instituição que ele dirige. Falando sobre o FID5, disse que os desvios de aplicação do Fundo, verificados, resultavam de visitas de alto nível que o Distrito recebeu, associadas ao surgimento de questões de emergência, a serem tomadas em conta como prioritárias, e às dívidas que o Distrito contraiu devido à exiguidade do Fundo que fica disponível. Ainda falando sobre o processo de gestão do FID, acrescentou que os desvios de aplicação verificados, de uma rubrica para outra, estavam associados com o fraco rigor, por parte dos operadores do SISTAFE, na Secretaria Distrital e à falta de envolvimento dos técnicos do SDPI no processo de transferência de fundos para as contas dos empreiteiros.

5 FID – Fundo de Investimento Distrital

“... Os operadores do SITAFE na Secretaria Distrital têm cometido falhas na tramitação dos pagamentos. Às vezes tiram o valor duma determinada rubrica para outra. Eles, por exemplo, efectuam um pagamento a um processo de água com o Fundo de Estradas e isso nos cria confusão mesmo com os próprios empreiteiros, porque, às vezes, não recebem os valores que constam das facturas” disse.

Comentando sobre a baixa qualidade das obras, disse que os problemas identificados na maioria dos casos estavam associados à falta de honestidade por parte dos empreiteiros, à falta de técnicos qualificados em matéria de Obras Públicas no SDPI, à falta de fiscais residentes no Distrito, à intervenção em edifícios antiquados e a cortes verificados no financiamento inicialmente comunicado.

“...No ano passado começámos a licenciar alguns artesãos locais para minimizar os problemas que temos tido com os empreiteiros, provenientes das diferentes partes do país, que, em muitos casos, são desonestos. As obras de Chihiri que, neste momento, têm problemas de falta de qualidade e paralisação, resultaram da falta de honestidade dos empreiteiros, mas o caso já foi encaminhado ao tribunal. Outro processo que está a ser encaminhado ao tribunal está relacionado com as obras de Naculue e Patacue. Os problemas verificados na reabilitação e/ou manutenção das casas dos Chefes dos Postos Administrativos e Secretários Permanentes Distritais estão associados à idade que estes edifícios têm. Daí que, às vezes, quando fazemos alguma intervenção provocamos outros problemas que não estavam inicialmente previstos. Os cortes que temos sofrido na disponibilização do Fundo também têm constituído um factor negativo na qualidade das obras”, explicou “.

Debruçando-se sobre os furos de água, disse que a dívida do ano de 2008 surgiu devido à falta de honestidade do empreiteiro, pois, após terem sido pagos 50% de adiantamento do valor para a abertura de 2 furos de água, só iniciou com os trabalhos um ano depois, isto é, em 2009. Mesmo assim, fez um trabalho incompleto, pois não pôs os furos em funcionamento, mas exigiu o pagamento do valor remanescente. Foi mesmo nesta senda que o Distrito, em colaboração com a Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação, após ter feito uma avaliação do trabalho que já havia sido realizado por este empreiteiro, decidiu efectuar o pagamento de apenas 15% do valor. Ainda no âmbito da água, acrescentou que o furo, recentemente construído na Vila-sede, já foi testado e confirmou-se que funcionava, mas o empreiteiro ainda não havia feito a entrega. Daí que a comunidade continuava sem se beneficiar da água proveniente daquela fonte de abastecimento.

Reagindo sobre estradas, disse que, no troço que liga Cruzamento de EN1 Netia/Natete, houve trabalho de melhoramento localizado, mas não em todo o troço. Em

apenas uma ponte, que tinha problemas constantes de intransitabilidade da via, na qual a Associação dos Jovens de Natete esteve envolvida. Porém admitiu a hipótese de os jovens associados se terem esquecido deste trabalho quando foram confrontados com a equipa de monitoria.

Comentando sobre a ponte sobre o Rio Mussemete, disse que inicialmente o Distrito havia desenhado uma estrutura com o vão de 16 metros, mas, quando receberam o desenho da estrutura, providenciado pela ANE, verificaram que a estrutura tinha 24 metros de vão e 3 metros de aterros. Neste sentido, as propostas que o Distrito recebeu dos empreiteiros concorrentes variavam entre 7.000.000,00Mt e 14.000.000,00Mt. Daí que optaram por construir apenas os pilares de centro e os muros de encontros, orçados no valor de 3.169.994,87Mt.

A directora do SDEJT⁶, a Sr.^a Jacinta Macave, na sua intervenção, referiu que o caso das escolas de Patacue e Naculé, reportadas como caídas, e da escola da comunidade de 1º de Maio, referenciada como abandonada, já estava a ter seguimento ao nível das instâncias competentes.

“... Nas obras nós tivemos 2 empreiteiros: o que construiu as escolas de Patacue e Naculé e o que construiu a escola de 1º de Maio. Quando cheguei no Distrito aquelas obras já se encontravam em curso, mas sem qualidade. Uma vez nós fomos à casa do empreiteiro, em Nacala, para lhe entregar uma notificação. Ele respondeu que viria resolver o problema dentro de uma semana, mas não apareceu mais. O caso do 1º de Maio, reportámos à Província e a informação que recebemos foi de que já se rescindiu o contrato com aquele empreiteiro e garantiram-nos que viria um outro. Ainda estamos à espera da sua vinda ” esclareceu.

Para terminar, o Secretário Permanente Distrital, referiu que a monitoria da despesa pública ajudava o Governo Distrital a melhorar o seu desempenho, pois tratava-se dum trabalho realizado por uma equipa exterior.

II. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO PROVINCIAL/CENTRAL NO DISTRITO

No primeiro exercício de rastreio da despesa pública, fez-se menção à falta de clareza sobre os investimentos realizados pelo Governo Provincial/Central, dado o facto de serem todos canalizados para os distritos por via dos governos provinciais. Foi neste contexto que, neste segundo exercício, se optou por juntar as realizações levadas a cabo por estes dois níveis governamentais.

⁶ SDEJT - Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia

Infraestrutura	Valor realizado
Construção de 5 salas de aulas e um bloco administrativo na EPC de Itoculo	2.055.779,35
Construção de um armazém comunitário em Itoculo-sede*	1.787.246,40
Construção de um Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Humano, em Itoculo-sede*	3.259.838,29
Reabilitação do Centro de Saúde de Itoculo	699.469,41
Construção de 2 armazéns comunitários em Namiro*	400.000,00
Construção do Centro de Projecção de Imagem, de Itoculo*	620.040,92
Total	8.822.374,37

Fonte: SDPI – Monapo

* Empreendimentos construídos na nova Vila do Milénio.

Actividade em Curso:

Construção de um armazém comunitário em Namiro

Actividades Concluídas:

Todas, excepto a actividade mencionada acima como estando em curso.

Avaliação Qualitativa

No geral, todos os empreendimentos apresentados na tabela acima apresentavam um bom aspecto de qualidade. Porém, em alguns casos foram verificados problemas de baixa qualidade da tinta usada, infiltração de água das chuvas, fissuras nas paredes e muchém. O armazém comunitário de Itoculo, obra recentemente construída, já apresentava a tinta a descascar-se. O Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano apresentou um problema de muchém na parede. O Centro de Projecção de Imagem já apresentava um problema ligeiro de infiltração de água da chuva. No armazém comunitário, que ainda se encontrava em

curso em Namiro, verificou-se a penetração de água da chuva pela porta, dado que a inclinação está voltada para a parte interior do armazém. Dai que fica inundado quando chove. A EPC de Itoculo apresentou problemas ligeiros de infiltração de água da chuva e racha na parede.



Fig.10 Tinta descascada



Fig. 11 Muchém no Centro de Investigação

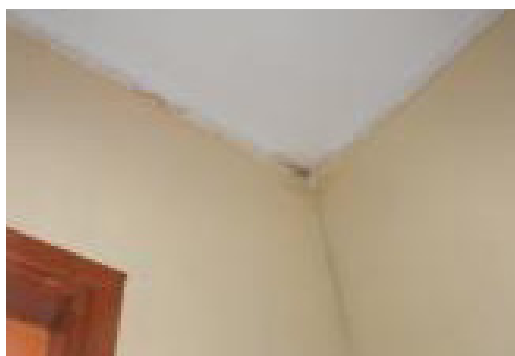


Fig. 12 Infiltração no Centro de Imagem

Fonte: Equipa de Monitoria – 24/04/2012



Fig. 13 Inundação no armazém de Namiro

Atenção Ministério da Educação

Construção de Salas de Aulas

Ponto de situação da actividade de 2010 que se encontrava paralisada em 2011

A actividade, que se encontrava paralisada em 2011, é a construção de 8 salas de aulas na Comunidade 1º de Maio em Muruto. O segundo exercício visitou novamente esta escola e constatou que o empreiteiro não deu seguimento à construção das 8 salas de aulas. Daí que os alunos daquela escola continuam sem salas para aulas. A informação recolhida no terreno relata que as salas foram abandonadas, há mais de um ano, sem nenhuma satisfação por parte do empreiteiro, e os aros das portas e janelas já estavam a ser roídos por muchém.



Fig. 14 Salas abandonadas na comunidade 1º de Maio



Fig. 15 Madeira danificada por muchém

Fonte: Equipa de Monitoria – 24/04/2012

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública visitou as 3 salas da EP1 de Patacue e as 4 salas da EP1 de Naculú e constatou que, embora se tratasse de obras recentemente construídas, apresentavam problemas graves de falta de qualidade, defeitos nos aros das portas e janelas, barrotes sem qualidade, rachas nas paredes e soalho. O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que ambas as escolas caíram menos de duas semanas após a sua entrega provisória. Isto é, a entrega foi feita no dia 8 de Novembro de 2011 e as salas caíram no dia 18 do mesmo mês. Até ao dia 26 de Abril de 2012, altura que as escolas foram visitadas novamente, as salas encontravam-se sem cobertura e os alunos estavam a estudar debaixo das árvores.



Fig. 16 Escola sem cobertura



Fig. 17 Chapas caídas



Fig. 18 Racha no soalho

Fonte: Equipa de Monitoria – 26/04/2012

III. Aspectos de Controlo Interno na Secretaria Distrital

O Conselho Consultivo Distrital de Monapo é composto por 50 membros, representantes de todas as localidades. Destes, 31 são homens e 19 são mulheres. Em 2011, o CCD reuniu-se 2 vezes em sessão ordinária e 1 vez em sessão extraordinária. O Governo Distrital apresentou uma acta, produzida na I sessão ordinária, realizada no dia 26 de Junho de 2011, que visava fazer o balanço do PESOD para o primeiro trimestre. As outras sessões não foram justificadas através de documentos comprovativos da sua realização.

Em 2011, o governo do Distrito de Monapo foi inspecionado duas vezes: pela Inspeção Geral das Finanças e pelo Departamento de Receitas e Fiscalização. No que concerne às Obras Públicas foram preparados 18 contratos, sendo 7 na área de edifícios públicos, 3 na área de água e 8 na área de estradas. Todos os contratos para edifícios foram enviados ao Tribunal Administrativo e tiveram uma resposta favorável, excepto um, que foi rejeitado para actualização do cadastro único. Sobre os contratos de estradas, fez-se apenas uma comunicação à Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições de um dos contratos e os restantes dois ainda estavam em processo do envio ao Tribunal Administrativo. No concernente aos processos de água, foram todos enviados ao Tribunal Administrativo. Até ao dia 26 de Abril de 2012 ainda não se tinha enviado a Conta de Gerência do exercício de 2011 para o Tribunal Administrativo apesar de o prazo para a submissão deste documento ser 31 de Março de 2012.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY

Boa Governação-Transparência

Integridade

Good Governance-Transparency-Integrity

Rua da Frente de Libertação de Moçambique, n. 354

Tel: (+258) 21 492335

Fax: (+258) 21 492340

Mobile: (+258) 82 30 16 391

Caixa Postal: 3266

Email: cip@cip.org.mz

www.cip.org.mz

Maputo-Moçambique



NAMPULA

Instituto para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

Avenida das FPLM, nº 59

Fax: 26213513

Cidade de Nampula

Nampula - Moçambique



FICHA TÉCNICA:

Título: Rastreamento a despesa de 2011 - Monapo

Série: 9/15

Autores: CIP e Instituto para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – Facilidade ICDS

Revisão Linguística: Machado da Graça

Design e Layout: éDesign

Maputo, Maio de 2012